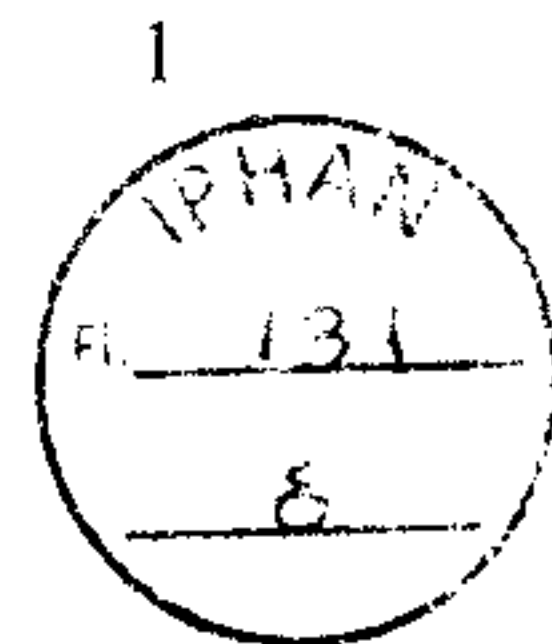


CONVÊNIO N.º 761869/2011

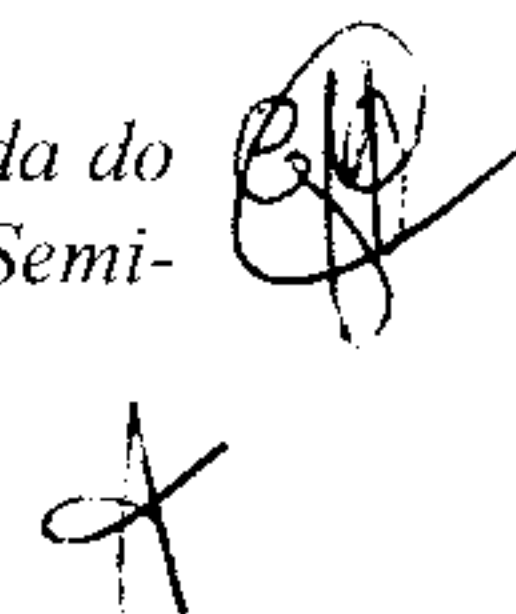


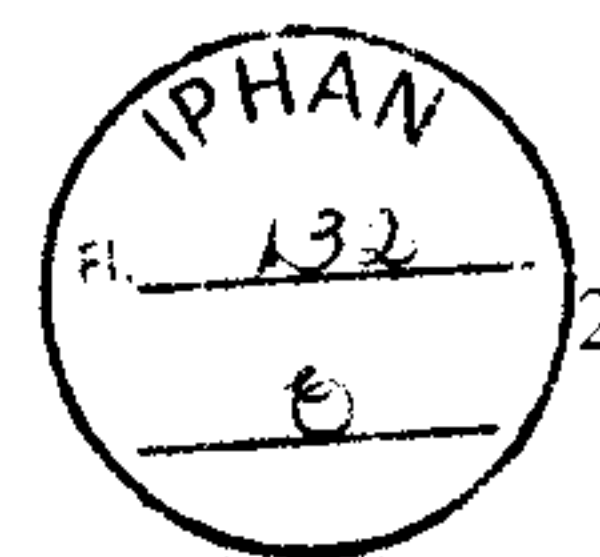
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN E A ASSOCIAÇÃO FILMES DE QUINTAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO “MAPEAMENTO E SALVAGUARDA DO SABER QUILOMBOLA DO JUCÁ DO QUILOMBO DE VOLTA DO CAMPO GRANDE, VALE DO CANINDÉ, SEMI-ARIDO PIAUIENSE” PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, NA FORMA ABAIXO:

Aos *30 (trinta) dias* do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, o **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis nº 8.029 e 8.113, respectivamente, de 12 de abril e de 12 de dezembro, ambas de 1990, inscrito no CNPJ sob o nº 26.474.056/0001-71, com sede na cidade de Brasília, DF, no Setor de Edifícios Públicos Sul – SEP Sul, Entre Quadra 713/913, Lote D – 5º andar, neste ato representado por seu Presidente-substituto, **ANDREY ROSENTHAL SCHLEE**, residente e domiciliado na SQN 205 Bloco “H”, apartamento 206 - Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 3201128, Órgão Expedidor: SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 572.481.250-91, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **ASSOCIAÇÃO FILMES DE QUINTAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 03.241.398/0001-46, com sede na Avenida Brasil, 75 – Conjunto 06 – Belo Horizonte/MG, neste ato representado pela sua Presidente, **RAQUEL DIAS DE OLIVEIRA AMARAL**, residente e domiciliada na Rua Hermilo Alves, 423 – apartamento 04, Santa Tereza – Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº 11318389, Órgão Expedidor: SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 013.348.046-13, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO sujeitando-se os partícipes às disposições contidas no Edital de Concurso para Seleção de Projetos Técnicos nº 01/2011 – Mapeamento e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial-PNPI, nas Leis nºs 12.381/2011 e 12.309/2010; 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto 6.170/2007, de 25 de julho de 2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Convênio mediante Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, a execução do Projeto “*Mapeamento e Salvaguarda do Saber Quilombola do Jucá do Quilombo de Volta do Campo Grande, Vale do Canindé, Semi-*





Arido Piauiense", em consonância com o Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independente de sua transcrição, constante do Processo nº 01450.015665/2011-43.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES E DAS VEDAÇÕES:

I- Constituem obrigações do Concedente:

- a) efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
- b) acompanhar, orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio, por meio de um técnico, especialmente designado por meio de Portaria publicada no Boletim de Serviço do IPHAN e registrado no Portal dos Convênios/SICONV;
- c) analisar a Prestação de Contas relativas à execução do objeto do presente Convênio;
- d) proceder ao acompanhamento físico-financeiro das atividades referentes ao objeto deste Convênio, na forma prevista na letra "a" supra ou por meio de entidade delegada;
- e) avaliar a execução deste Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho originalmente aprovado, mediante solicitação do(a) Conveniente, fundamentada em razões que a justifique, formulada, no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
- f) prorrogar "de ofício" a vigência deste Convênio, antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo do Concedente, conforme consta no Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) notificar, no prazo de até 10(dez) dias, a respectiva Câmara/Assembléia Legislativa quando da celebração do Convênio, nos termos do § 2º, do art. 116, da Lei nº 8.666/93 e art. 35, da Portaria Interministerial nº 127/2008-MPOG/MCT/MF;
- h) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio;
- i) registrar no SICONV os atos referentes à celebração, alterações, liberação dos recursos, acompanhamento da execução, a apresentação da prestação de contas, bem como sua aprovação ou não;
- j) comunicar a Conveniente qualquer situação de irregularidades relativa ao uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, para regularização no período de até 30(trinta) dias, contados a partir do evento;
- k) incluir no SICONV relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução deste Convênio;
- l) proceder aos demais atos inerentes ao bom e fiel cumprimento dos objetivos do presente Convênio.



II - Constituem obrigações do Conveniente:

- a) executar todas as atividades inerentes à implementação do presente Convênio, com rigorosa observância ao Plano de Trabalho e projeto aprovado pelo IPHAN;
- b) movimentar os recursos financeiros liberados pelo Concedente, em conta bancária específica vinculada ao Convênio, junto a uma instituição financeira controlada pela União (Banco do Brasil S. A /Caixa Econômica Federal), bem como o depósito e a execução financeira da contrapartida;
- c) efetuar o depósito do valor estipulado a título de contrapartida se financeira, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;
- d) aplicar os recursos financeiros de que trata este Convênio, tanto os transferidos pelo Concedente quanto os de contrapartida na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, não os utilizando em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência ;
- e) restituir, mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, eventual saldo dos recursos transferidos pelo Concedente e/ou de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro, na forma estabelecida no presente Instrumento;
- f) apresentar Prestação de Contas na forma prevista na Cláusula Quinta;
- g) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- h) restituir, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:
- 1- quando não for executado o objeto da avença;
 - 2- quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas ; e
 - 3 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio;
- i) realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos deste Convênio, observando os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, de acordo com o que dispõe a Portaria Interministerial nº 127/MPOG/MCT/MF, de 29 de maio de 2008, quando instituição privada sem fins lucrativos;
- j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
- k) promover a divulgação das ações objeto deste Convênio citando, obrigatoriamente, a participação do Concedente, nos trabalhos realizados, na forma por este estabelecida na Cláusula Décima – Segunda deste Convênio;

- l) permitir e facilitar o acesso de técnicos do Concedente, e outros por ele designados, de servidores do Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos de transferências, bem como aos locais de execução do objeto deste Convênio;
- m) inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Convênio, que permitam o livre acesso dos técnicos do Concedente e outros por ele designados, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas ;
- n) apresentar Relatório Técnico Final, explicitando as repercussões do projeto objeto deste Convênio, inclusive quanto ao aproveitamento das ações ambientais;
- o) fornecer todas as informações solicitadas pelo Concedente referentes ao projeto objeto deste Convênio e a situação financeira do Conveniente durante o período da sua execução;
- p) realizar as despesas para execução do objeto do convênio expresso no Plano de Trabalho, exclusivamente dentro do período previsto na Cláusula Quarta;
- q) afixar placa alusiva ao projeto/obras no local de sua execução, de acordo com o modelo padrão a ser fornecido pelo Concedente;
- r) utilizar os bens e serviços custeados com recursos do Concedente exclusivamente na execução do objeto deste Convênio;
- s) incluir regularmente no Portal dos Convênios/SICONV as informações e os documentos exigidos na Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MCT/MF, mantendo-os atualizados;
- t) comunicar ao Concedente sempre que houver prêmios, títulos, homenagens e afins, decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio;
- u) notificar, no prazo de 15(quinze) dias, o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, bem como notificar partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos e, posteriormente encaminhar ao IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da liberação dos recursos, documento comprobatório da respectiva notificação;
- v) responder por danos causados por terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do presente Convênio;

Parágrafo Primeiro- É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos do presente Convênio, a título de:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou de entidade pública da administração direta ou indireta, de todas as esferas de governo, por serviços de consulta ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;





- c) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se motivadas por atraso na transferência de recursos pelo Concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- d) pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, ressalvado o destinado aos quadros de pessoal exclusivo do convenente e do interveniente, se houver;
- e) realizar despesas em data anterior à vigência deste Convênio;
- f) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do Concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste;
- g) realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Segundo – É vedado, ainda, a Convenente transferir os recursos liberados pelo Concedente, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades não indicados no Plano de Trabalho e/ou conta que não a vinculada a este Convênio, mesmo que a título de controle.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do objeto deste Convênio, no montante de R\$ 131.250,00 (cento e trinta e um mil, duzentos e cinquenta reais) correrão à conta dos orçamentos do Concedente e do Convenente, conforme abaixo discriminado:

a) Recursos do Concedente

- Programa de Trabalho: 13391016747930001
- Natureza da Despesa: 33.50.41
- Nota de Empenho nº 2011NE800781 de 13 de dezembro de 2011.
- Fonte de Recursos: 0120000000
- Valor: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

b) Recursos do Convenente

- R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais), na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de Contrapartida.

Parágrafo Primeiro – Os recursos do Concedente serão liberados de conformidade com o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento, observadas as disponibilizações de recursos efetuados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo Segundo – Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados obedecendo a seguinte regra:



a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Terceiro – A liberação dos recursos financeiros de que trata o parágrafo primeiro da presente cláusula, ficará condicionada à apresentação de Prestação de Contas composta da documentação especificada na cláusula quinta demonstrando o cumprimento das etapas ou fases referentes a parcela liberada, e assim sucessivamente.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, fica obrigado o Concedente a notificar, de imediato, o Conveniente, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto – A não comprovação da realização da despesa conforme Cronograma de Execução constante no Plano de Trabalho, acarretará na inclusão do Conveniente no cadastro de inadimplente junto ao SICONV.

Parágrafo Sexto – Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes no Plano de Trabalho, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviços, excepcionalmente – mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco – poderá ser realizado uma única vez, no decorrer da vigência deste Instrumento, o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observando o limite de R\$ 800,00(oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços ou aplicados no mercado financeiro na forma do parágrafo segundo, da presente cláusula, devendo ser observado, ainda:

a) os rendimentos das aplicações financeiras, referidas no parágrafo segundo desta cláusula, serão obrigatoriamente aplicados no objeto do presente Convênio ou recolhidos a conta do Concedente, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. A utilização dos rendimentos das aplicações, necessita de prévia autorização formal do Concedente sob pena de devolução dos recursos;

b) as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação dos recursos, no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo Conveniente.

Parágrafo Sétimo – A Conveniente deverá incluir em seu orçamento as transferências recebidas para a execução deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do Concedente destinados à execução do objeto deste Convênio serão liberados em uma parcela a crédito de conta bancária específica do Convênio, no Banco do Brasil, Agência nº 1584-9, sob o número da conta 234249 em nome do Conveniente, e vinculada ao presente Instrumento.



Parágrafo Primeiro – O período de execução do Plano de Trabalho será de 12 meses e a liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela conforme disposto no Cronograma de Desembolso.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos deste Convênio a Conveniente deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios de impessoalidade, moralidade e economicidade, conforme o previsto nos artigos 45 a 48 da Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MCT/MF

PARAGRAFO PRIMEIRO – O Conveniente deverá contratar empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado, prévia à contratação, que será registrada no Portal dos Convênios/SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

PARAGRAFO SEGUNDO – A cotação prévia de preços será desnecessária:

I – quando o valor for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um serviço ou compra ou ainda para serviços e compras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar tão-só os preços que aquele fornecedor já praticou com outros demandantes.

PARAGRAFO TERCEIRO – O registro no Portal dos Convênios/SICONV, dos contratos celebrados pelo beneficiário na execução do objeto é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subsequentes dos recursos, se for o caso, conforme previsto no art. 3º da Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MCT/MF.

PARAGRAFO QUARTO – Cada processo de compras e contratações de bens e serviços do **CONVENIENTE** deverá ser registrado Portal dos Convênios/SICONV contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I – os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justifiquem a sua desnecessidade;

II – elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço;

III – comprovação do recebimento da mercadoria ou serviço e,

IV – documentos contábeis relativos ao pagamento.

PARAGRAFO QUINTO – Nas contratações de bens e serviços do presente Convênio, a **CONVENIENTE** poderá utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.



CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

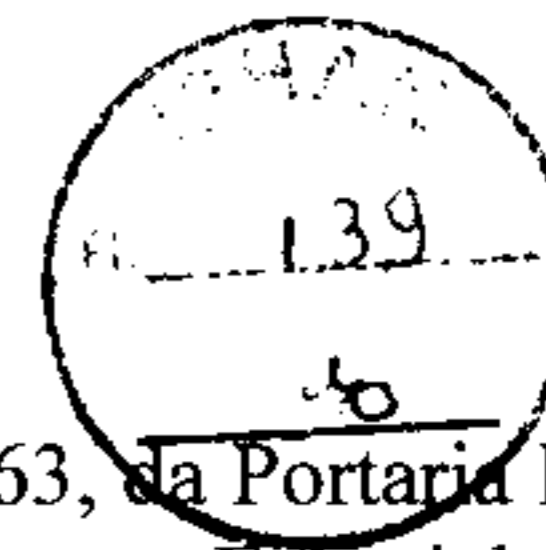
O Convenente estará sujeito a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos no prazo máximo de **30(trinta)** dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

Parágrafo Primeiro – A Prestação de Contas observará as normas emanadas da Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MCT/MF, devendo constituir-se de Relatório de Cumprimento do Objeto, conforme especificação constante do Cronograma Físico-Financeiro que integra o Plano de Trabalho e, ainda, dos seguintes documentos:

- a) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Instrumento;
- b) relatório de execução físico-financeira;
- c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- d) relação de pagamentos;
- e) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da parcela;
- f) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos, quando for o caso;
- g) a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- h) a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- i) comprovante de recolhimento do saldo dos recursos recebidos;
- j) termo de compromisso por meio do qual o Convenente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data que foi aprovada a Prestação de Contas;
- k) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso;
- l) cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou inexigibilidade com o respectivo embasamento legal.

Parágrafo Segundo – Quando a Prestação de Contas não for encaminhada no prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula, o Concedente estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da lei.

Parágrafo Terceiro – A não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado bem como o inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições deste Instrumento, será pro-



movida, por determinação do Ordenador de Despesa nos termos do artigo 63, da Portaria Interministerial nº 127/2008MPOG/MCT/MF, a instauração da Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SETIMA – DA VIGÊNCIA , DA ALTERAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

Este Convênio terá vigência até **31/12/2012**, com início a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Parágrafo Primeiro – A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada por, no máximo, igual período ao previsto neste Instrumento, mediante termo aditivo, por solicitação do Conveniente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência deste Instrumento, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, desde que aceita pelo Concedente

Parágrafo Segundo – É vedado o aditamento do presente Instrumento alterando o seu objeto.

CLAUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o Concedente registrar no Portal dos Convênios/SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto deste Convênio, conforme disposto no art. 3º e 51, da Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MCT/MF.

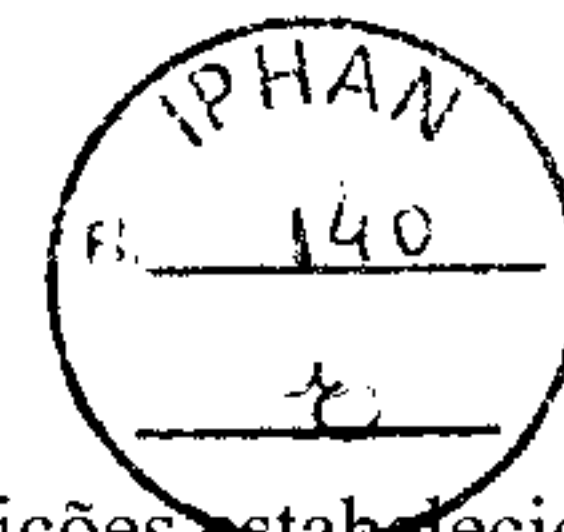
Parágrafo Primeiro – A execução deste Convênio será acompanhada, *in loco*, por um representante do Concedente, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Parágrafo Segundo – O Concedente, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, poderá:

- a) – valer-se do apoio técnico de parceiros;
- b) – delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade e,

Parágrafo Terceiro – No acompanhamento e fiscalização do objeto deste Convênio serão verificados:

- a) – a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, conforme legislação pertinente;
- b) – a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas aprovados;
- c) – regularidade das informações registradas pelo Conveniente no Portal dos Convênios/SICONV ; e



d) – o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas;

Parágrafo Quarto – Além do disposto nesta Cláusula, a Controladoria – Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU, poderão realizar a qualquer momento auditorias no presente Convênio.

Parágrafo Quinto – O Concedente, se a situação assim o exigir, fará uso de sua prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do presente Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA NONA – DA PRERROGATIVA DA AÇÃO

Em caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica a União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN ou entidade legalmente designada, autorizada a assumir a execução do projeto, conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, de modo a evitar a descontinuidade do objeto do presente convênio, podendo reorientar ações, acatar ou não justificativas com relação as eventuais disfunções havidas na execução sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Concedente providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do presente Convênio no Diário Oficial da União, nos termos do art. 33 da Portaria Interministerial nº 127 MPOG/MCT/MF, de 29/05/2008, o mesmo ocorrendo em caso de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO

Durante a vigência deste Convênio o Conveniente obriga-se a:

I) - Antes da realização de cada pagamento, com os recursos do Convênio, incluir no Portal dos Convênios/SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a destinação dos recursos;
- b) nome e CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviços, quando for o caso;
- c) o contrato a que se refere o pagamento a ser realizado;
- d) a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) a comprovação do recebimento definitivo do contrato mediante inclusão no Sistema das Notas Fiscais ou documentos contábeis.

II) - Apresentar ao Concedente, relatórios quando solicitado pelo Concedente, das atividades executadas no período, demonstrando o progresso na implantação do Convênio, que deverão ser incluídos no SICONV pelo técnico designado pela Conveniente.

III) – Responsabilizar-se por todas e quaisquer autorizações, licenças e demais documentos necessários à perfeita realização do objeto deste Convênio;



IV) – Obedecer ao Cronograma determinado no Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do Conveniente e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da aprovação das contas pelo Concedente, podendo mantê-lo em arquivos digitais, se preferir.

Parágrafo Único – Obriga-se o Conveniente a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do Concedente, no caso de violação ao disposto neste parágrafo, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, na hipótese de não remessa do documento do prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio, serão atribuídos às partes convenientes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial, comercialização, sem o consentimento prévio e formal do Concedente.

Parágrafo Primeiro - Deverá ser destinado ao Concedente um original dos vídeos produzidos, cópias dos produtos de divulgação e comunicação (cartilhas, material didático, paradidático ou outro material educativo) 5%(cinco por cento) da edição de publicações até o limite de cem cópias, cópias de publicações de artigos em periódicos científicos, divulgações em anais de congressos e capítulos de livros, CDs, CD-ROM's e DV's, resultantes do presente Convênio ;

Parágrafo Segundo - O acesso do Concedente ao original ou cópia do vídeo será permitido, a qualquer tempo, sendo de responsabilidade do Conveniente a guarda do mesmo em condições adequadas.

Parágrafo Terceiro - Os direitos autorais sobre obras intelectuais que integrarão o objeto do presente Convênio, permanecem de titularidade exclusiva dos seus autores, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Parágrafo Quarto - Cabe ao Conveniente a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva resultante do presente Convênio, conforme estabelece a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Parágrafo Quinto - Fica assegurado ao Concedente o direito de reedição do livro, para atendimento a projetos ou outras ações de interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUARTA - DA DIVULGAÇÃO

A Convenente se obriga a mencionar o Concedente em todas as formas de divulgação do objeto deste Convênio, além de veicular a Marca do IPHAN, em qualquer peça promocional do Projeto, sendo que a marca será fornecida em processo digital pelo Concedente, não podendo sofrer qualquer tipo de alteração em seu corpo, letras e cores, devendo ser enviado ao Concedente um exemplar de cada material e matéria divulgada.

Parágrafo Primeiro - É vedado aos partícipes utilizarem em qualquer produto resultante deste Convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo – A Convenente deverá expressar o apoio do Concedente nos artigos em periódicos científicos, divulgações em anais de congressos e capítulos de livros, peças publicitárias para o rádio, incluindo a seguinte expressão: Este trabalho contou com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Parágrafo Terceiro – Nas peças eletrônicas e de cinema resultantes do presente Convênio, o Convenente deverá constar a seguinte expressão: “Produzido em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN”;

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA- DOS BENS

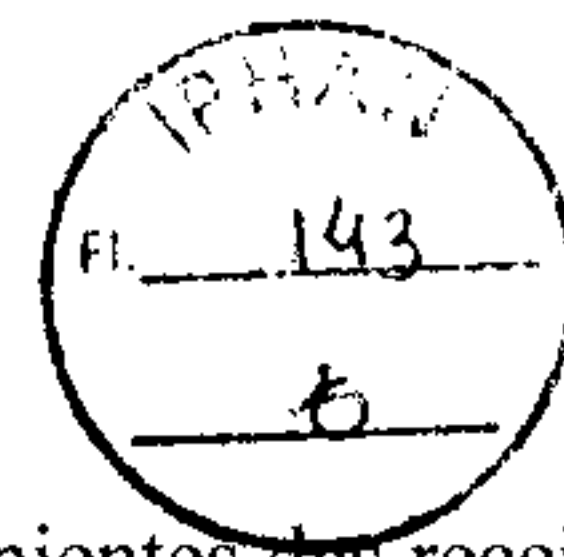
Os bens adquiridos em decorrência deste Instrumento serão de propriedade da Convenente após a prestação de contas final devidamente aprovada pelo Concedente, cabendo-lhe fazer com que sejam incorporados ao patrimônio do Convenente.

Parágrafo Único - Sendo este Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima Quarta, bem como não tendo seu curso regular, ou ainda tendo sido constatada a paralisação do projeto governamental que legitimou a doação dos bens, ou o desvio da finalidade na sua utilização, após a extinção do Convênio, estes serão automaticamente revertidos a Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA- SEXTA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações concernentes ao período de vigência e creditando-se-lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período, após a prestação de contas.

Parágrafo Primeiro - O inadimplemento de quaisquer Cláusulas ou condições deste Instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto neste instrumento e na legislação vigente, por parte da Convenente, obrigar este no prazo improrrogável de 30 (trinta) di-



as, ao recolhimento do saldo financeiro remanescente, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras ao Concedente.

Parágrafo Segundo – A rescisão do convênio na forma acima estabelecida ensejará a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Terceiro – Este Instrumento poderá também ser rescindido, de comum acordo entre as partes, ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do artigo 109 da Constituição Federal, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, assim, por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.


ANDREY ROSENTHAL SCHLEE
Presidente – substituto do IPHAN


RAQUEL DIAS DE OLIVEIRA AMARAL
Presidente da Associação Filmes de Quintal




1ª TESTEMUNHA

Nome: *Elza Cardoso Maciel*
Identidade: *Chefe de Serviço*
CPF.: *CCONV/CGLOS/IPHAN*
vmat. 1711743



2ª TESTEMUNHA

Nome: *Andriana Inacio Durães*
Identidade: *2296738 SSP/DF*
CPF.: *002.418.791-75*


Maria Alves Cameio
Juiz de Direito - CASMG nº 96.275
Juiz de Direito Federal no IPHAN
Inscrição nº 1.175.237